

O PAPEL DA NIGÉRIA NA EXPULSÃO/ RETIRADA DA ÁFRICA DO SUL DA COMUNIDADE DAS NAÇÕES

Joshua Olusegun Bolarinwa¹

James Adewunmi Falode²



Introdução

A segregação racial na África do Sul começou nos tempos coloniais. Os habitantes eram classificados em quatro grupos raciais (“nativos”, “brancos”, “coloridos” e “asiáticos”) e as áreas residenciais eram também segregadas, por vezes através de remoções à força. A partir de 1970, a população negra foi privada de sua cidadania, tornando-se legalmente cidadãos de uma das dez pátrias autônomas de base tribal, chamadas não oficialmente de *bantustões* ou pátrias bantu, estabelecidas pelo governo do Apartheid como pátrias pseudo-nacionais, e áreas onde a maioria da população negra foi transferida para impedir que vivessem nas áreas urbanas da África do Sul, quatro das quais se tornaram estados nominalmente independentes (Baldwin-Ragaven 1999). O governo segregou a educação, a assistência médica, as praias e outros serviços públicos, fornecendo aos negros serviços inferiores aos dos brancos. O apartheid desencadeou uma resistência e violência internas significativas lideradas pelo Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês), bem como um longo embargo comercial contra a África do Sul por alguns dos membros da Comunidade das Nações. Desde os anos 1950, uma série de revoltas e protestos populares foram enfrentados com a proibição

¹ Departamento de Pesquisas e Estudos, Nigerian Institute of International Affairs. Lagos, Nigéria. E-mail: segunbolarinwa1985@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0082-3632>

² Departamento de História e Estudos Internacionais, Lagos State University. Lagos, Nigéria. E-mail: adewunmi.falode@lasu.edu.ng. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0649-1042>

da oposição e da prisão de líderes anti-apartheid, que eram na sua maioria membros do ANC.

Assim, durante mais de quatro décadas, o apartheid foi a peça institucional central das políticas internas e externas da África do Sul, especialmente aquela discriminação e outras formas de violação contra os sul-africanos negros. A política anti-apartheid da Nigéria não evoluiu, porém, até outubro de 1960, quando o país alcançou a independência política. A Nigéria viu então a sua entrada independente na cena mundial como um acontecimento profundamente significativo, que proporcionou uma oportunidade única de elaborar uma política externa coerente para com a comunidade internacional em geral e para com a África em particular; a África tornou-se assim a peça central da política externa do país. Um dos objetivos fundamentais da política externa da Nigéria, tal como enunciado pelo Primeiro-Ministro Tafawa Balewa, foi a promoção da solidariedade africana e o trabalho para a descolonização de todos os Estados africanos (Akinboye 2005). O compromisso da Nigéria com a luta anti-apartheid tinha sido deixado absolutamente claro mesmo antes de alcançar a sua independência em 1.º de Outubro de 1960 e o seu papel na luta, particularmente no Comitê Anti-Apartheid das Nações Unidas, que a Nigéria dirigiu até 1994, é louvável.

Consequentemente, a Nigéria conduziu outros Estados africanos a muitos fóruns internacionais com o apelo ao fim de todas as formas de discriminação racial, apartheid e colonialismo. No processo, a Nigéria foi sujeita a uma forma de chantagem econômica por parte do Ocidente pelo seu papel na descolonização e libertação do continente africano. Apesar disso, a Nigéria permaneceu destemida no seu compromisso de ver o apartheid erradicado. Foi precisamente por este compromisso que a Nigéria foi considerada um membro dos Estados da Linha da Frente. Na realidade, a política externa da Nigéria tem estado, desde a independência, ancorada na luta anti-apartheid (Ajala 1992), que foi consistentemente mantida por diferentes regimes do país até ao completo desmantelamento do apartheid na África do Sul (Akinboye 2005).

O Massacre de Sharpeville de 1960 e os eventos que se seguiram

O Massacre de Sharpeville, incidente em 1960, quando a polícia sul-africana abriu fogo sobre uma multidão de manifestantes negros, foi um ponto crucial na luta contra o apartheid. O confronto ocorreu no município

de Sharpeville, na atual província de Gauteng, no nordeste da África do Sul. Como mencionado anteriormente, após a eleição do Partido Nacional para o cargo na África do Sul em 1948, foi introduzida uma política de segregação racial conhecida como apartheid. O apartheid foi concebido para regular a vida da maioria negra e para manter o domínio da minoria branca. Foi aprovada legislação que regulava onde os negros podiam viver e trabalhar, assim como foram impostas restrições massivas ao exercício das liberdades civis.

Durante os anos 1950, os protestos da população negra contra o apartheid aumentaram. Estes foram organizados pelo Congresso Nacional Africano (ANC, fundado em 1912) e pelo seu rival, o Congresso Pan-Africanista (PAC, na sigla em inglês, fundado em 1959). O PAC convocou uma manifestação nacional em 21 de março de 1960 contra as *leis de aprovação* da África do Sul, que controlavam o movimento e o emprego de negros e os obrigavam a levar “livros de referência” de documentos de identidade. Como parte dessa manifestação em massa, uma grande multidão se reuniu diante de uma delegacia de polícia em Sharpeville, algumas pessoas queimando seus livros de referência. A polícia, temendo que a multidão estivesse se tornando hostil, entrou em pânico e abriu fogo. Continuaram a disparar enquanto os manifestantes tentavam fugir e cerca de 72 negros foram mortos, incluindo mulheres e crianças. Mais de 184 pessoas também foram feridas.

O alvoroço entre os negros sul-africanos foi imediato e, na semana seguinte, houve manifestações, marchas de protesto, greves e motins por todo o país que levaram à morte de muitos outros negros. Em 30 de março de 1960, o governo declarou estado de emergência, detendo mais de 18.000 pessoas. O ANC e o PAC foram proibidos e forçados a ir para a clandestinidade ou para o exílio. Depois disso, ambos os movimentos abandonaram a estratégia tradicional de protesto não violento e se voltaram, cada vez mais, para a luta armada. Uma tempestade de protestos internacionais seguiu-se aos tiroteios em Sharpeville, incluindo a condenação pela Organização das Nações Unidas (ONU). Sharpeville marcou um ponto de inflexão na história da África do Sul; o país viu-se cada vez mais isolado na comunidade internacional durante os próximos 30 anos (Lemon 2008).

Em 1961, a África do Sul rompeu a sua ligação com a Inglaterra de 155 anos e tornou-se uma república fora da Comunidade das Nações. Foi um passo cujos resultados internacionais e econômicos, embora ainda não totalmente sentidos, foram prefigurados durante o ano. As rápidas críticas à África do Sul na ONU, as medidas financeiras rigorosas para salvar as reservas do país e o início de uma intensificação da acumulação militar foram os sinais mais óbvios do isolamento crescente do país. Embora as atividades políticas

não-brancas tenham sido menos espetaculares do que no ano anterior, uma profunda inquietação racial continuou a se expressar entre os africanos e os mestiços (uma população mista), e mais legislações para suprimir as manifestações políticas entre eles foram aprovadas. No entanto, as eleições no final do ano mostraram que o apoio ao governo estava crescendo entre os afrikaners, apesar da resignação moral e política entre a igreja e os grupos universitários, e do aparecimento de uma nova tendência liberal na oposição (Lemon 2009).

A Revolta dos Estudantes de Soweto de 1976

Outro divisor de águas na luta contra o apartheid foi o Levante do Soweto por estudantes, que a Nigéria e muitos outros países africanos utilizaram na luta contra o governo do Apartheid na África do Sul, especialmente na plataforma da Comunidade das Nações. Esta revolta foi outra grande luta desde o Massacre de Sharpeville. Na manhã de 16 de junho de 1976, milhares de estudantes do município africano de Soweto, nos arredores de Joanesburgo, reuniram-se em suas escolas para participar de uma manifestação de protesto organizada por estudantes.

Muitos deles levavam cartazes que diziam: “Abaixo os Afrikaners” e “Educação Bantu – para o inferno com isso”; outros cantavam canções de liberdade enquanto a multidão desarmada de crianças em idade escolar marchava em direção ao estádio de futebol de Orlando, onde uma manifestação pacífica havia sido planejada. A multidão aumentou para mais de 10.000 alunos (Bonner 1976). No caminho para o estádio, cerca de cinquenta policiais pararam os alunos e tentaram mandá-los embora. No início, as forças de segurança tentaram, sem sucesso, dispersar os alunos com gás lacrimogêneo e tiros de advertência. Sem sucesso, os policiais dispararam diretamente contra a multidão de manifestantes. Muitos estudantes responderam correndo para se abrigar, enquanto outros retaliaram, atirando pedras na polícia.

Nesse dia, dois estudantes, Hastings Ndlovu e Hector Pieteron, morreram devido aos tiros da polícia; mais centenas sofreram ferimentos durante o caos subsequente que envolveu Soweto. Os tiroteios em Soweto provocaram uma revolta maciça que logo se espalhou por mais de 100 áreas urbanas e rurais em toda a África do Sul.

A causa imediata da marcha de 16 de junho de 1976 foi a oposição estudantil a um decreto emitido pelo Departamento de Educação Bantu que impunha o Afrikaans como meio de instrução em metade das disciplinas

do ensino fundamental e médio. Como os membros do Partido Nacional no poder falavam afrikaans, os estudantes negros o viam como a “língua do opressor”. Além disso, devido à falta de fluência em afrikaans, os professores e alunos africanos experimentaram em primeira mão o impacto negativo da nova política na sala de aula.

A revolta do Soweto veio depois de uma década de relativa calma no movimento de resistência, na sequência da repressão maciça do governo nos anos 1960. Contudo, durante esta “década silenciosa”, um novo sentimento de resistência estava se formando. Em 1969, estudantes negros, liderados por Steve Biko (entre outros), formaram a Organização dos Estudantes Sul-Africanos (SASO, na sigla em inglês). Enfatizando o orgulho negro, a auto-suficiência e a libertação psicológica, o Movimento da Consciência Negra, nos anos 1970, tornou-se uma força influente nas cidades, incluindo Soweto. O contexto político das revoltas de 1976 também deve levar em conta os efeitos das greves dos trabalhadores em Durban em 1973; a libertação dos vizinhos Angola e Moçambique em 1975; e o aumento do número de alunos matriculados nas escolas negras, o que levou ao surgimento de uma nova identidade coletiva da juventude forjada por experiências e reivindicações comuns (Bonner 1976).

Embora as crianças em idade escolar possam ter sido influenciadas pelo Movimento da Consciência Negra dos anos 1970, muitos ex-alunos do Soweto não se lembram de qualquer envolvimento de organizações externas ou movimentos de libertação na sua decisão de protestar contra o uso de afrikaans nas suas escolas. Em suas memórias, Sifiso Ndlovu, ex-aluno da Escola Secundária Phefeni em Soweto, lembra como, em janeiro de 1976, ele e seus colegas esperavam ter um bom desempenho em seus estudos, mas notaram como o uso de afrikaans na sala de aula reduziu significativamente suas notas (Hirson 1979); isto foi reforçado por Brooks *et al.* em seu relato sobre a revolta em Soweto (Brooks 1980). Reiterando Ndlovu, atual deputado Obed Baphela lembrou: “Era bastante difícil agora mudar do inglês para o afrikaans naquele ponto e momento em particular” [Assista ao segmento de vídeo de Bapela]. A demissão de professores que se recusaram a implementar a política linguística do afrikaans no Soweto exacerbou a frustração dos alunos do ensino médio, que então organizaram pequenas manifestações e boicotes de classe já em março, abril e maio (Ndlovu 1998).

Para manter a resistência, os líderes do Conselho de Representantes dos Estudantes do Soweto (SSRC, na sigla em inglês, fundado em agosto de 1976) decidiram envolver os adultos nos protestos, a fim de construir a unidade intergeracional e dar um golpe econômico contra o regime do apartheid. De agosto a dezembro de 1976, os líderes da SSRC organizaram uma série de

campanhas, incluindo estadias em casas (greves curtas) para trabalhadores adultos, marchas para Joanesburgo, campanhas contra a bebida, funerais em massa (que se tornaram politicamente carregados e muitas vezes transformados em comícios de protesto), e um boicote ao consumo no Natal (SSRC 1976). Em preparação para a estadia em casa, a SSRC imprimiu panfletos para incentivar os adultos a participarem. Lê-se “[...] o desmantelamento da EDUCAÇÃO BANTU, a LIBERTAÇÃO de Prisioneiros detidos durante as demos [manifestações], e a derrubada da opressão, nós os estudantes apelamos aos nossos pais para que fiquem em casa e não vão trabalhar a partir de segunda-feira” (Carris 1972). Os confrontos esporádicos entre estudantes e policiais continuaram em 1977; no final do ano, o governo reconheceu que quase 600 pessoas haviam sido mortas, embora pesquisas recentes tenham mostrado que pelo menos 3.000 pessoas morreram. Milhares de pessoas foram presas e muitos sul-africanos negros fugiram para o exílio ou juntaram-se à luta armada.

A politização e o ativismo dos jovens sul-africanos no Soweto e para além dele incentivou os movimentos de libertação e pôs em marcha uma série de transformações que acabaram por levar ao desaparecimento do apartheid (Carris 1972). Está registrado que muitos dos estudantes que fugiram da África do Sul foram ajudados pelo Governo Federal da Nigéria, uma vez que todos receberam bolsas de estudo. Muitos dos líderes do Congresso Nacional Africano (ANC) receberam Passaportes Nigerianos para se deslocarem pelo mundo, entre outros benefícios.

Expulsão/Retirada da África do Sul da Comunidade das Nações

O compromisso da Nigéria com a luta anti-apartheid tinha sido deixado absolutamente claro antes mesmo de alcançar a sua independência em 1.º de Outubro de 1960 (Ajala 1992). Após os massacres de Sharpeville de 21 de março de 1960, quando a polícia sul-africana atirou e matou 72 negros e deixou 184 feridos (como mencionado anteriormente), houve um consenso geral entre todos os partidos políticos nigerianos, assim como entre os governos regional e federal, de que ações decisivas deveriam ser tomadas contra o regime de Pretória para forçar esse regime a mudar sua abominável política de apartheid. Este evento marcou o início do confronto da Nigéria contra a África do Sul branca. A Nigéria proibiu a importação de bens sul-africanos para o país e foi fundamental para as sanções políticas e econômicas aprovadas contra o regime racista.

Também em 1961, a Nigéria exigiu e liderou a forte expulsão/retirada da África do Sul da Comunidade na 11ª Conferência dos Primeiros Ministros da Comunidade das Nações, realizada em Março de 1961 em Londres. Na verdade, a Nigéria, ao mobilizar outros países da África negra, conseguiu isolar a África do Sul de tal forma que a levaria a perceber o absurdo de suas políticas racistas (Agbu 2010). Na continuação desta postura, a Nigéria pôs fim a todos os privilégios de membro da Comunidade que a África do Sul desfrutava na Nigéria antes da sua retirada forçada da Comunidade das Nações. A partir deste momento, todos os brancos sul-africanos foram tratados como estrangeiros na Nigéria.

A Nigéria conseguiu a sua independência num período em que a comunidade internacional já se encontrava armada contra o colonialismo, a discriminação racial e o apartheid. Os anseios de independência nos territórios dependentes restantes da Ásia e da África tinham ganho tal ímpeto que a Assembleia Geral das Nações Unidas não teve problemas em adotar a memorável resolução 1514 (XV) sobre “A Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais” em 14 de Dezembro de 1960 – não muito depois da independência da Nigéria. Assim, como a Nigéria se posicionou contra o regime de Pretória logo após os massacres de Sharpeville (já mencionados), ela também se juntou a outras nações defensoras da liberdade ao adotar esta resolução especial sobre a descolonização.

Apesar desta importante resolução, o ambiente internacional estava tenso. A Guerra Fria estava evidente, pois tanto o Oriente como o Ocidente estavam envolvidos em propaganda vil e hostil um contra o outro; tanto a OTAN como os blocos militares de Varsóvia tinham sido solidificados com bases nas suas respectivas esferas de influência; cada bloco tinha imposto restrições ao comércio entre ele e os seus amigos, por um lado, e os seus opositores, por outro. Cada bloco embarcou no desenvolvimento de armas nucleares, bem como se entregou extensivamente à espionagem contra o outro. Além disso, a guerra ideológica entre a democracia liberal capitalista do Ocidente e a democracia proletária comunista do Oriente estava no seu auge, como a crise cubana demonstrou habilmente.

A crise do Congo trouxe a dura realidade da situação muito mais perto de todos os novos Estados africanos independentes. O pouco conhecimento destas novas nações, que há muito se associavam ao Ocidente em oposição ao Oriente, tinha passado pelos canais preconceituosos e tendenciosos do Ocidente. A sua percepção do bloco oriental era, portanto, distorcida.

No caso da Nigéria, foi precisamente por esta e outras razões que a Nigéria proibiu a literatura soviética e comunista e recusou as bolsas de estudo do bloco oriental. Os nigerianos foram desencorajados de viajar para o bloco

oriental, enquanto os nigerianos, que tinham encontrado o caminho de volta, eram vistos nos círculos governamentais como “agentes comunistas”. Foi também por causa dessa suspeita que a Nigéria atrasou o estabelecimento de relações diplomáticas com os países do bloco oriental, e quando finalmente estabeleceu essas relações, restringiu inicialmente o tamanho da Missão Soviética em Lagos. O ambiente internacional prevalecente também tornou impossível para a Nigéria praticar a política de não alinhamento que professava. Em vez disso, foi, para todos os efeitos, aliada ao Ocidente.

Outro fator importante, que forçou a Nigéria a entrar nesta posição, foi a expectativa de que só o Ocidente poderia fornecer a assistência financeira e material necessária para o desenvolvimento econômico da Nigéria. Para piorar a situação, o relatório da missão do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, que esteve na Nigéria nos anos 1950, tinha recomendado que “sem investimento estrangeiro, nem os esforços público e privado podem alcançar a taxa de crescimento econômico e desenvolvimento que o povo nigeriano deseja” (Ajala 1992).

Com todos esses fatores em mente, os líderes nigerianos abordaram os negócios estrangeiros com cautela. Eles não queriam tomar nenhuma medida que pudesse comprometer as suas hipóteses de obter ajuda e outras formas de assistência do Ocidente. As políticas adotadas pelo governo Balewa foram manifestações dessa abordagem. A Nigéria, porém, logo descobriu que precisava ser categórica e não afetada pelo ambiente internacional predominante em assuntos de interesse vital para o continente africano. Esta constatação nasce do fato de que, devido à dimensão do país e aos seus recursos humanos e materiais, a Nigéria não podia ficar de braços cruzados e permitir que Gana continuasse a desempenhar o papel de liderança nos assuntos africanos. Com a aproximação da independência, portanto, os líderes nigerianos resolveram não aceitar mais desculpas para a duplicidade britânica sobre a situação sul-africana, “mas adotaram uma linha mais firme não só sobre a questão do apartheid mas também sobre a descolonização dos restantes territórios dependentes em África” (Ajala 1986).

Em consonância com esta posição, o primeiro-ministro foi à Conferência dos Primeiros-Ministros da Comunidade em Londres, em Março de 1961, “determinado a opor-se à política de apartheid da África do Sul” (Ajala 1986). Conseqüentemente, “a Nigéria liderou o movimento que levou à retirada da África do Sul da Comunidade das Nações” (Adebisi 1980) na reunião. Na continuação desta mudança de postura, como mencionado anteriormente, a Nigéria acabou com todos os privilégios de membro da Comunidade das Nações que a África do Sul desfrutava na Nigéria antes da sua retirada forçada

da Comunidade. Doravante, todos os brancos da África do Sul seriam tratados como estrangeiros na Nigéria, enquanto que uma proibição comercial foi também imediatamente imposta à África do Sul. Alguns meses depois, a Nigéria apresentou uma resolução na Organização Internacional do Trabalho apelando para que a organização expulsasse a África do Sul com o fundamento de que o apartheid era uma violação flagrante da letra e do espírito da Constituição da OIT.

Em 16 de março de 1961, o Dr. Verwoerd, primeiro-ministro, retirou o pedido da África do Sul para continuar como membro da Comunidade das Nações depois de ter se tornado uma república. Isto foi feito numa reunião dos primeiros-ministros da Comunidade em Londres, na qual o Dr. Verwoerd participou para cumprir a sua promessa de manter a África do Sul como membro, se pudesse. Críticas consideráveis à política da África do Sul de separação racial ou apartheid foram expressas por outros membros da Comunidade das Nações, particularmente o Canadá e os domínios afro-asiáticos liderados pela Nigéria. Perante estas críticas, o Dr. Verwoerd retirou o seu pedido “para não colocar os nossos amigos, particularmente o Reino Unido, na posição ingrata de ter de escolher entre nós e os estados afro-asiáticos da Comunidade”. A notícia da retirada foi recebida com choque pela oposição e com júbilo pela grande maioria do grande grupo branco, os afrikaners descendentes de holandeses.

Quase imediatamente as políticas raciais da África do Sul sofreram fortes ataques tanto no Comitê Político da ONU como na Assembleia Geral. Dentro de vinte e quatro horas após a retirada da Comunidade das Nações, a administração sul-africana da África do Sudoeste foi condenada por uma votação de 74-0 na Assembleia Geral. A maior votação já registada na Assembleia Geral da ONU condenou o *apartheid*, e até Portugal votou na divisão 94-0. O delegado sul-africano afirmou que se tratava de “interferência doméstica”. O Conselho de Segurança também ordenou à sua Comissão para a África do Sudoeste que entrasse no território e investigasse as acusações relativas à aplicação do apartheid nesta área controlada pela África do Sul sob um mandato pós Primeira Guerra Mundial. O governo sul-africano recusou-se a conceder vistos ao comitê para entrar, embora tenha se oferecido para permitir a entrada de alguma pessoa de estatuto internacional. No final de outubro, logo após o reinício das sessões da ONU, houve um pedido de sanções contra a África do Sul por parte dos Estados afro-asiáticos, em um debate que durou mais de quinze dias. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, E. H. Louw, defendeu as políticas do seu governo como sendo do melhor interesse de todos no país (Lenon 2008).

Em 31 de maio de 1961, a África do Sul tornou-se uma república. Na verdade, esta foi uma restauração da forma republicana de governo, que havia sido encerrada no Estado Livre de Transvaal e Orange, as então duas províncias do Norte da África do Sul, no final da Guerra da Boer de 1899-1902. O novo Presidente do Estado, anteriormente Governador-Geral, Sr. C. R. Swart, fez o juramento de posse e prestou juramento no gabinete. A constituição continuava a ser a mesma parlamentar baseada num eleitorado branco, com quatro cadeiras comunitárias para o povo de cor (mulato), e sem qualquer representação para os 11.000.000 africanos e 500.000 asiáticos. O evento foi celebrado pelos afrikaners e em grande parte ignorado pela minoria branca inglesa e pelos não-brancos. Uma greve de três dias planejada pelos não-brancos como protesto para coincidir com o estabelecimento da república não correspondeu às expectativas, embora tenha sido cerca de 50% eficaz em algumas áreas. Este fracasso deveu-se em parte à exibição de força por parte do governo, que incluiu a convocação das forças cidadãos e o posicionamento de unidades blindadas em pontos-chave, bem como o policiamento severo das cidades não-brancas. O governo também aprovou uma lei pela qual qualquer pessoa poderia ser detida por até catorze dias sem uma audiência judicial. Este poder foi usado para assediar e prender muitos dos principais líderes da greve. No final de maio, cerca de 10.000 pessoas foram apreendidas em operações antes do amanhecer.

Imediatamente após o estabelecimento da república, a queda das reservas de ouro sul-africanas se acelerou. Era parte de um processo que vinha acontecendo desde a emergência de Sharpeville em março de 1960 e fez com que as reservas caíssem de cerca de US\$ 450 milhões para US\$ 220 milhões em meados de junho de 1961. Isto deveu-se em grande parte a uma saída de capital de quase 300.000.000 dólares no que foi chamado de “crise de confiança” na estabilidade do país. O Dr. Donges, ministro das finanças, ordenou imediatamente a todos os sul-africanos que retirassem todos os fundos colocados no estrangeiro e bloqueou a retirada de mais capital do país. Isto quebrou a ligação de 70 anos de duração entre as Bolsas de Valores de Joanesburgo e Londres. Depois deste desenvolvimento, estas medidas governamentais parecem ter sido eficazes e as reservas subiram agora para US\$ 330.000.000, ou US\$ 105.000.000, acima do que é considerado o nível de perigo. Durante o ano, o país mudou da moeda libra esterlina (£s.d.) para uma moeda decimal. A unidade é agora um rand (R1,00) que é igual a metade da antiga libra esterlina (£1,00). O rand é igual a 100 cêntimos sul-africanos (Lemon et al. 2009).

Conclusão

A partir do que foi exposto acima, é evidente que a Nigéria tem sido declarada como uma grande promotora dos assuntos africanos e tem dado historicamente grande importância à África (Saliu 2005). A Nigéria fez grandes contribuições para a emancipação dos países africanos das regras coloniais e do domínio racista dos colonizadores (Ezc 2011). Isto porque sempre se comprometeu a defender os interesses da raça negra no mundo e, mais importante ainda, antes da sua independência em 1960, os líderes políticos do país tinham desenvolvido uma ideia sobre a possibilidade de a Nigéria liderar a África após a conquista da independência (Saliu 2005). O apoio e as contribuições da Nigéria para as lutas anti-apartheid na África do Sul foram reconhecidos e notados pela comunidade internacional, especialmente pela Organização de Unidade Africana, agora a União Africana (OUA/UA), e também pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde a Nigéria forneceu uma liderança eficaz nas lutas contra o colonialismo, o racismo e o regime do apartheid na África do Sul.

Assim, quando alguns países africanos alcançaram a independência em 1960, a descolonização dos demais territórios sob o colonialismo tornou-se um projeto comum e um ponto de encontro. A Nigéria tornou-se o líder indiscutível (mesmo trabalhando com outros países no estabelecimento da CEDEAO em 1975, a Nigéria liderou a prevenção e resolução do conflito na Libéria e Serra Leoa, a Nigéria foi o presidente do Comitê Anti-apartheid da ONU até 1994 e, acima de tudo, a orientação da política externa da Nigéria é centrada na África) na luta contra o colonialismo e especialmente o apartheid pela OUA. A Nigéria gastou enormes quantidades de recursos: políticos, diplomáticos e materiais na prossecução desta luta (Zabadi et al. 2012) Ao fazê-lo, tem sido condenada, por vezes louvada e, na maioria dos casos, por assim dizer, não reconhecida. No entanto, desde a sua independência, a Nigéria continua comprometida com a sua política afrocêntrica, que vem em diferentes formas e magnitudes.

A Nigéria tem feito imensas contribuições para o desenvolvimento internacional, a paz e a segurança, na África. Infelizmente, as contribuições da Nigéria, incluindo as que foram feitas para a descolonização do sul da África e a luta anti-apartheid na África do Sul, não foram devidamente documentadas e divulgadas dentro e fora da Nigéria. Consequentemente, a informação sobre o papel heróico e as contribuições da Nigéria não é transmitida com precisão às gerações seguintes de nigerianos e cidadãos de países que se beneficiaram dos gestos amáveis da Nigéria. De fato, existem hoje

provas que sugerem uma distorção³ dos fatos históricos sobre o papel e as contribuições da Nigéria por parte de alguns dos países que se beneficiaram do apoio e assistência nigerianos.

Ademais, é surpreendente e lamentável que a política africana da Nigéria não envie uma mensagem clara a estes países africanos na sua missão, afetando a forma como eles deveriam retribuir os gestos da Nigéria e mostrar alguma gratidão (Saliu 2005) (como no caso da África do Sul, Zimbabué e Angola, etc.). Portanto, nos futuros compromissos da Nigéria há uma necessidade intransigente de uma revisão especial de sua política externa para refletir os tempos de mudança da política e dos eventos globais. Os gestos e as mãos de comunhão da Nigéria com outras nações, especialmente na África, também deveriam estar ligados ou refletir seus interesses nacionais e, de fato, aplicar o princípio da reciprocidade em tudo o que ela faz na arena internacional.

Em linha com a conclusão, são sugeridas as seguintes recomendações:

1. O Governo Federal deve sempre apoiar o Ministério Federal das Relações Exteriores a adquirir capacidade técnica adequada para a documentação e divulgação eficazes de informações sobre a contribuição da Nigéria para a paz, segurança e desenvolvimento internacional. Por exemplo, os papéis e contribuições da Nigéria podem ser memorizados em peças de teatro e filmes por trabalhadores da arte de Nollywood para que as pessoas dentro e fora da Nigéria saibam o que a Nigéria contribuiu para a libertação e descolonização da África Austral;
2. Além disso, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Informação e outras agências oficiais relevantes, como a Agência Nacional de Orientação (NOA, na sigla em inglês) devem intensificar o uso dos meios de comunicação e outros recursos culturais para divulgar informações sobre o papel e as contribuições da Nigéria dentro e fora da Nigéria,

³ As experiências pessoais dos autores como parte da delegação nigeriana à União Africana como observadores durante as eleições da Comissão da UA, quando o líder da delegação sul-africana à União Africana (UA) em Adis Abeba disse que o apoio da Nigéria ao ANC e à luta contra o regime do apartheid foi para ganhos econômicos. Isto foi uma tentativa de distorcer um fato histórico, porque a Nigéria tem sido contra o apartheid mesmo antes da sua independência.

especialmente na União Africana, das Nações Unidas e, em particular, na Comunidade das Nações;

3. Na verdade, o Ministério da Educação deve assegurar que os processos educacionais e de aprendizagem incluam informações sobre o papel e contribuições da Nigéria para o desenvolvimento internacional, a paz e a segurança. Neste sentido, a informação sobre a contribuição da Nigéria para as lutas de libertação e anti-apartheid pode ser integrada nos currículos dos programas de educação formal e informal.

REFERÊNCIAS

- Adebisi, Busari. 1980. "Nigeria's Relations with South Africa, 1960-1975." *Africa Quarterly* 16, no. 3, 75.
- Agbu, Osita. 2010. "Nigeria and South Africa: The Future of a Strategic Partnership." In *Beyond Fifty Years of Nigeria's Foreign Policy: Issues, Challenges and Prospects*, editado por Osita Eze. Lagos: NIIA.
- Ajala, Adekunle. 1986. "Nigeria and Southern Africa." In *Nigeria's External Relations: The First Twenty-Five Years*, editado por G. O. Olusanya e R.A. Akindele. Ibadan: University Press.
- Ajala, Adekunle. 1992. "Nigeria's Role in the Anti-Apartheid Struggle," trabalho apresentado no seminário *Nigeria/South Africa Relations: Post-Apartheid Era* realizado no National Institute for Policy and Strategic Studies (NIPSS), Kuru, Jos.
- Akinboye, Solomon O. 2005. "From Confrontation to Strategic Partnership: Nigeria's Relations with South Africa-1960-2000." In *New Horizons for Nigeria in World Affairs*, editado por U. Joy Ogwu. Lagos: NIIA.
- Baldwin-Ragaven, Laurel, Leslie London, e Jeanelle De Gruchy. "Learning from our Apartheid Past: Human Rights Challenges for Health Professionals in Contemporary South Africa." *Ethnicity & Health* 5, 2000: 1-34. <https://doi.org/10.1080/713667460>.
- Bonner, P. L. n.d. "The Soweto Uprising of June 1976: A Turning Points Event." *Turning Points in History: People Places and Apartheid*. Accessed January 20, 2019. <https://www.sahistory.org.za/archive/book-5-people-places-and-apartheid-chapter-2-soweto-uprising-june-1976-turning-points-event>

- Brooks, Alan e Jeremy Brickhill. 1980. *Whirlwind before the Storm: The Origins and Development of the Uprising in Soweto and the Rest of South Africa from June to December 1976*. London: International Defence and Aid Fund for Southern Africa.
- Eze, C. Osita. 2011. "Nigeria's Contribution to the Liberation Movement in Africa." In *Nigeria in the Global Arena: Past, Present and the Future*, editado por Osita Agbu e Ogaba Oche. Lagos: FOG Ventures.
- Hirson, Baruch. 1979. *Year of Fire, Year of Ash: The Soweto Revolt, Roots of a Revolution?* London: Zed Press.
- Karis, Thomas e Gwendolen Margaret Carter. 1972. *From Protest to Challenge: A Documentary History of African Politics in South Africa, 1882-1964*. Stanford, CA: Hoover Institution Press.
- Lemon, Anthony, Patrick O'Meara e N. Brian Winchester. 2009. *South Africa*. Microsoft Encarta [DVD]. Redmond, WA: Microsoft Corporation.
- Lemon, Anthony, Patrick O'Meara e N. Brian Winchester. 2008. *South Africa*. Microsoft Encarta [DVD]. Redmond, WA: Microsoft Corporation.
- Ndlovu, Sifiso Mxolisi. 1998. *The Soweto Uprisings: Counter-Memories of June 1976*. Ravan Local History Series. Ed. Monica Seeber and Luli Callinicos. Randberg: Ravan Press.
- Saliu, A. Hassan. 2005. "Nigeria's Policy towards Africa: Some Reflections." In *Nigeria and the Development of the African Union*, editado por Bola A. Akinterinwa. Ibadan: Vantage Publishers.
- The Soweto Students Representative Council (SSRC, founded in August 1976) decided to involve adults in the protests in order to build inter-generational unity and to strike an economic blow against the apartheid regime.
- Zabadi, Istifanus S. e Freedom C. Onuoha. 2012. "Nigeria and South Africa: Competition or Cooperation." In *Perspectives on Nigeria's National and External Relations-Essays in Honour of Professor A. Bolaji Akinyemi*, editado por Thomas A. Imobighe e Warisu O. Alli. Ibadan: Twenty First Century Forum, University Press PLC.

RESUMO

O compromisso da Nigéria com a luta anti-apartheid havia sido deixado absolutamente claro antes mesmo de alcançar sua independência, em 1.º de outubro de 1960. Após os massacres de Sharpeville de 21 de março de 1960, quando a polícia sul-africana atirou e matou 72 negros e deixou 184 feridos, houve um consenso geral entre todos os partidos políticos nigerianos, assim como os governos regional e federal, de que ações decisivas deveriam ser tomadas contra o regime de Pretória para forçar esse regime a mudar sua abominável política de apartheid. Este evento marcou o início do confronto da Nigéria contra a África do Sul branca. A Nigéria exigiu e liderou a forte expulsão/retirada da África do Sul da Comunidade das Nações, mobilizando outros países africanos negros para isolar a África do Sul de tal forma que ela perceberia o absurdo de suas políticas racistas. É neste contexto que este trabalho avalia o papel da Nigéria na expulsão ou retirada forçada da África do Sul da Comunidade das Nações.

PALAVRAS-CHAVE:

Nigéria. Apartheid. Expulsão/Retirada. Comunidade das Nações.

Recebido em 26 de novembro de 2020

Aceito em 23 de março de 2021

Traduzido por Pietra Ribeiro Studzinski